



## QUESTÃO AMBIENTAL: DE SUA CONSTRUÇÃO HISTÓRICA À INSTITUCIONALIZAÇÃO POLÍTICO-CIENTÍFICA

*Rafael Carletti Marcolino da Silva – Graduando em Ciências Sociais (UFAM), Graduado em Biologia, Mestre em Ciências de Florestas Tropicais (INPA).*

*E-mail: [rafamarcolino@hotmail.com](mailto:rafamarcolino@hotmail.com)*

---

### Resumo

A questão ambiental tornou-se peça-chave nos discursos oficiais de Estados, empresas, ONGs, academia e sociedade civil como um todo. Cunhado no início dos anos 70, esse termo vêm passando por diversas transformações conceituais, no sentido de se adequar aos interesses dos grupos acima citados, bem mais do que problematizar a crise ambiental atual. Este artigo busca analisar quais foram os aspectos históricos que contribuíram para a construção desse conceito, bem como compreender as relações sociais e de poder atuantes no processo de institucionalização política e científica pelo qual vem passando nos últimos quarenta anos.

---

Palavras Chave: Questão ambiental, Crise ambiental, Clube de Roma, Institucionalização, Cientificização.

---

### Abstract

The environmental issue has become a key player in the official speeches of States, companies, NGOs, academy and civil society as a whole. Coined in the early 70s, this term has been going through several conceptual transformations, in order to suit the interests of the group mentioned above, much more than discuss the current environmental crisis. This article seeks to analyze what were the historical aspects that contributed to the construction of this concept, as well as to comprehend the social and power relations operating in the process of political and scientific institutionalization by which it has been going for the last forty years.

---

Keywords: Environmental issue, Environmental crisis, Club of Rome, Institutionalization, Scientificization.

## Introdução

As discussões acerca da questão ambiental começaram na década de 70, após a publicação de um documento intitulado “Limites do Crescimento”, por uma entidade empresarial europeia chamada Clube de Roma. Este documento foi publicado em um momento onde os primeiros movimentos sociais de cunho ecológico começavam a aparecer e o questionamento acerca da apropriação da natureza se tornava mais contundente (Lago, 2006). Os encontros do Clube de Roma foram concebidos, em 1968, pelo industrial italiano Aurélio Peccei e patrocinados por grandes empresas como a FIAT e a Volkswagen. De acordo com Lago (2006), no início dos anos setenta, os encontros reuniam cerca de setenta cientistas, acadêmicos, economistas, industriais e membros de instituições públicas de países desenvolvidos. O foro de discussão mostrou que a preocupação com o meio ambiente não se limitava a uma parcela “alternativa” das sociedades mais desenvolvidas, mas atingia, também, alguns *decision makers*, conscientes das implicações políticas e econômicas de uma mudança de paradigma. O documento, considerado revelador e que afrontava o modelo de desenvolvimento que vinha se constituindo desde então, apontava inúmeros dados sobre o esgotamento dos recursos naturais, vinculado ao aumento da população e a possível inviabilidade, em longo prazo, do crescimento econômico pautado exclusivamente no desenvolvimento da sociedade industrial (Ferreira, 2006).

A crise ambiental que começava a se desenhar colocou em evidência os desajustes entre a conformação ecossistêmica do planeta e a apropriação capitalista da Natureza (Leff, 2009). O desafio ambiental se colocou no centro das contradições do mundo moderno, afinal, a ideia de progresso e sua versão mais atual, desenvolvimento, é, rigorosamente, sinônimo de dominação da natureza (Gonçalves, 2004). Apreende-se que o desenvolvimento econômico do capitalismo sempre acarretou degradação social e ecológica. Porém, nas últimas três décadas, as manifestações das insustentáveis relações com o planeta constituíram um conjunto de contradições que levaram à identificação da chamada crise ambiental e à construção do conceito capaz de dar conta dessa crise, a questão ambiental (Freitas *et al.*, 2012).

No decorrer desse processo, vários atores surgiram, linhas de pensamento se desenvolveram, correntes teóricas se diversificaram e a questão ambiental foi apropriada e destrinchada de acordo com a conveniência investigativa de cada um desses grupos. Talvez seja possível dizer que a questão ambiental em si foi deixada de

lado e que, alguns grupos ou segmentos fizeram dela trampolim para a criação de conceitos ou categorias que justificassem sua forma de pensar. Haja vista que, de 1972 até os dias de hoje, a questão ambiental já foi “Nosso futuro comum”, desenvolvimento sustentável, Agenda 21, Protocolo de Kyoto, MDL, Mudança Climática, Aquecimento Global, Carbono Zero, Crédito de Carbono, REDD, REDD+ até que se chegasse à Economia Verde.

### **Construção da questão ambiental**

Foram precisos aproximadamente dois mil e quinhentos anos de total abandono pela humanidade do ambiente onde vivia, para que pudéssemos discutir, nos dias de hoje, a questão ambiental. De acordo com Gonçalves (1989), os primeiros relatos da relação humana com o meio ambiente remontam ao período pré-socrático, onde os filósofos Tales, Anaximandro, Anaxímenes, Pitágoras, Demócrito, Diógenes, entre tantos outros, mantinham uma relação com a natureza que em nada se assemelha com nossa vida contemporânea. Gonçalves cita o filósofo Gerd Bomheim, o qual diz que os pré-socráticos baseavam sua existência no conceito da *physis*, que era encarada como “a totalidade de tudo o que é”. A partir da *physis*, os gregos podiam “chegar a uma compreensão da totalidade do real; do cosmos, dos deuses e das coisas particulares, do homem e da verdade, do movimento e da mudança, do animado e do inanimado, do comportamento humano e da sabedoria, da política e da justiça”. Esse tipo de relação com o dito não humano teria sido a forma mais orgânica de relação com a natureza que se tem conhecimento na história do Ocidente. De lá pra cá, e mesmo já entre os pós-socráticos, é possível perceber em que medida a *physis* vai se tornando um conceito totalmente marginal, e a ruptura entre aquilo que hoje chamamos de natureza e cultura começa a ganhar terreno.

Durante o período do Império Romano, sobre forte influência da cultura judaico-cristã, esse apartamento se torna ainda mais evidente. Com a subida de Deus aos céus e a permanência dos homens, mortais, na Terra, o cristianismo contribuiu para que a dicotomia entre o mundo humano/espiritual ou entre humano/natureza se estabelecesse definitivamente como paradigma existencial daquela época. Thomas (2010) ressalta que com a afirmação Cristã de que “Deus criou o homem à sua imagem e semelhança”, o homem ficou dotado de privilégios, dentre eles, o de explorar a natureza para satisfação de suas necessidades. Os animais, os vegetais e os minerais estavam destinados a servir algum propósito humano, se não prático, pelo menos moral ou estético. O gado, os



macacos, as bestas, os cavalos, as aves, as ovelhas, todos esses animais haviam sido criados meticulosamente com o único propósito de servir às necessidades humanas. A madeira, as plantas, as ervas, enfim, todo o reino dos vegetais estava, agora, a serviço da sobrevivência humana.

O Iluminismo trouxe de vez a luz para brilhar sobre as cabeças dos homens em detrimento da inutilidade das “coisas” da natureza. Nesse momento, a explicação divina para os fenômenos sociais e da natureza, dão lugar ao uso da razão, fato preponderante que caracteriza o período antropocêntrico. O desenvolvimento e aperfeiçoamento das técnicas e do método científico foram igualmente importantes para que a humanidade pudesse exercer seu domínio sobre a natureza.

Duzentos anos de aprimoramento da técnica e da ciência e consequente domínio da natureza, juntamente com a expansão do sistema capitalista, fizeram com que a primeira metade do século XX, apresentasse suas maiores contradições na visão de alguns autores da chamada Escola de Frankfurt. Diante de tantos acontecimentos de grandeza histórica (Revolução Russa, duas Grandes Guerras, surgimento do Nazismo e Fascismo), a Escola e seus membros passaram a questionar o nível de racionalidade a que chegou a sociedade industrial e como que o desenvolvimento da técnica e da ciência, oriundas do período Iluminista que, teoricamente, trouxera luz ao obscurantismo da Idade Média sob a égide da razão, fazia com que essa mesma sociedade se tornasse refém ou fosse dominada pela própria racionalidade. Racionalidade essa que, para Marcuse, é fruto da irracionalidade, da incapacidade que os indivíduos tinham de se questionar e questionar o próprio sistema ao qual estavam submetidos. Para este autor, vivia-se uma sociedade unidimensional, onde o desenvolvimento do aparato técnico-científico ajudava a promover a falsa idéia de progresso quando, na verdade, o que estava em jogo era o aperfeiçoamento de novas formas de controle e coesão social. Ao aceitarem as regras desse jogo, os indivíduos da sociedade unidimensional perdiam completamente a capacidade de transformação e de uma transcendência qualitativa daquele momento histórico que, segundo o autor, possuía aptidões materiais e intelectuais para realizar a transformação como nenhuma outra sociedade outrora tivera (Marcuse, 1964).

Já Habermas (1975), acreditava que o desenvolvimento tecnológico pautado no método científico contribuía para potencializar a capacidade das forças produtivas que, ao racionalizar a produção de mercadorias para a falsa satisfação das necessidades humanas, acabou por submeter os indivíduos a uma contínua busca pela satisfação

dessas necessidades. Ao fazê-lo, os indivíduos se tornavam cada vez menos livres para realizarem suas escolhas ao mesmo tempo em que se tornavam cada vez mais presos ao sistema que eles mesmos ajudavam a construir. Isso, segundo Habermas, ajuda a esclarecer a tese de que a crescente dominação da natureza por meio da técnica se tornou a forma mais eficaz de dominação do homem pelo homem.

Ainda no século XX, no período que sucedeu a Segunda Grande Guerra, muitos países, sobretudo os da Europa Ocidental e os Estados Unidos, vivenciaram aquilo que Hobsbawm (1995) denominou como a Era de Ouro. Depois de terem seus territórios arrasados devido à Guerra, esses países começaram a se reerguer política, econômica e socialmente e a investirem maciçamente em ciência e tecnologia. É preciso lembrar, porém, que a Segunda Guerra só foi possível devido a um processo já em curso de desenvolvimento da ciência e tecnologia, atendendo à política científica dos países envolvidos, no sentido de investir nas demandas bélicas necessárias para uma guerra.

Os anos dourados foram um período onde desenvolvimento, crescimento econômico e aprimoramento técnico-científico andaram de mãos dadas. Hobsbawm salienta que “mais do que qualquer período anterior, a Era de Ouro se baseou na mais avançada e, muitas vezes, esotérica pesquisa científica, que agora encontrava aplicação prática em poucos anos. A indústria e mesmo a agricultura, pela primeira vez ultrapassavam decididamente a tecnologia do século XIX”. O autor talvez tenha sido o primeiro a constatar que, juntamente com a Era de Ouro, começava a aparecer também um subproduto desse processo de crescimento e desenvolvimento, que eram a poluição e a deterioração ecológica.

Os anos dourados duraram de 1945 até final dos anos 60, perpassando, portanto, o período da Guerra Fria. Tanto o bloco dos países capitalistas quanto os países da União Soviética, apostaram no desenvolvimento do seu poderio político e econômico através de investimentos grandiosos em ciência e tecnologia. Em “A era dos extremos”, Hobsbawm (1995) destaca que tanto para um lado quanto para o outro, o efeito do desenvolvimento a todo custo das práticas científicas foi desastroso, a ponto de os próprios cientistas admitirem que haviam perdido o controle sobre os limites de tal prática.

O início dos anos 90 e o fim da Guerra Fria trouxeram, de novo, esperança de um mundo melhor. Com a queda do muro de Berlim e o fim da União Soviética, a algaz de todo esse processo, já que saiu derrotada, o capitalismo pôde, então, assumir as rédeas do controle global. Bruno Latour (1991) salienta que o triunfo do capitalismo durou



pouco, pois no ano de 1989, data da queda do muro, foram realizadas algumas conferências com o intuito de apontar o estado global do planeta. Vale ressaltar que em 1972 e 1987 já haviam ocorrido duas Conferências das Nações Unidas com o mesmo propósito.

Latour ressalta ainda que “ao tentar desviar a exploração do homem pelo homem para uma exploração da natureza pelo homem, o capitalismo multiplicou indefinidamente as duas. As multidões que deveriam ser salvas da morte caem aos milhões na miséria; as naturezas que deveriam ser dominadas de forma absoluta nos dominam de forma igualmente global”.

A construção da chamada questão ambiental não surge apenas devido a um diagnóstico negativo acerca da situação ambiental planetária. As nuances que envolvem tal procedimento, vão muito além do discurso romântico dos ambientalistas. Ela é permeada de interesses políticos, econômicos, sociais, científicos, entre outros. Ao olharmos para a questão ambiental nos moldes como ela se configura hoje, é possível dizer que essa foi uma proposta muito bem pensada e meticulosamente orquestrada para atender as demandas dos segmentos citados acima que ajudaram na sua construção. Nesse sentido, três fatores foram fundamentais para que tal proposta tivesse êxito.

Primeiro, ela é fruto de um processo histórico que, ao longo do tempo, foi apartando lentamente homem e natureza. Foi preciso deixar bem claro, durante séculos, qual era o lugar do homem e qual era o lugar das coisas da natureza. Ou seja, foi necessário desconstruir uma relação de simbiose entre o humano e o não-humano, relatada desde a Grécia antiga, para que se pudesse construir um conceito que desse conta das consequências dessa dicotomia. Pois em nenhum momento e até agora, a questão ambiental se pôs com o propósito de restabelecer tal relação. Ela surgiu a partir da constatação de que os níveis de agressão ao meio ambiente são alarmantes e, por isso, devem ser internalizados burocraticamente às esferas política, econômica, ambiental, social, etc. A não ser pela visão mais crítica de alguns setores e de alguns autores que veem o problema da questão ambiental como parte inerente do nosso modelo de desenvolvimento, pouco ou quase nada se questiona por parte daqueles que defendem a institucionalização da questão e que não estão dispostos a discutir sobre nossa relação com o ambiente. Isto é, para estes, ao tratarem da questão ambiental, acabam reforçando seu caráter dicotômico (homem/natureza) na medida em que tal questão é encarada sob os vieses político, econômico e social, separando esses campos distintamente entre si e separando esses três campos enquanto bloco, da natureza. Ou



seja, quer-se tratar da questão ambiental política, econômica e socialmente sem se levar em conta que a própria maneira como nos relacionamos dentro dessas três esferas está intimamente relacionada com o modo como nos relacionamos com a natureza e o impacto que isso causa ao meio ambiente.

Hoje, sob a vigência do modo de produção capitalista, percebe-se que a maneira como nos relacionamos com o trabalho, com outras pessoas, com a produção e consumo das mercadorias, em quase nenhum desses momentos nos remetemos à natureza. A natureza, como diz Diegues (1989), tornou-se tudo aquilo que é contemplação. A cachoeira, o parque, a montanha, a praia, isso é natureza. Não nos enxergamos mais como parte ou seres pertencentes de um mesmo processo que é biológico, físico e humano. Desde as pessoas com menos recursos e com menos acesso a bens materiais até as mais ricas e com maiores possibilidades de consumir, nossa alienação, no sentido marxiano do termo, em relação à natureza, é quase a mesma.

De acordo com Foster (2005), as contradições ecológicas do capitalismo já haviam sido apontadas por Marx ao criar o conceito de “fissura metabólica”. Tal conceito foi pensado por Marx depois que químicos e agrônomos da Inglaterra, Alemanha, França e Estados Unidos, constataram que havia uma crescente perda de certos nutrientes do solo devido à exportação de comidas e fibras do campo para as cidades. Em vez de serem devolvidos à terra onde foram introduzidos, como na produção agrícola tradicional, estes nutrientes eram transportados a centenas de quilômetros de distância e terminavam como dejetos contaminadores nas cidades. Marx viu este antagonismo entre os homens e a terra como um problema fundamental. O capitalismo havia criado, segundo ele, uma “fissura irreparável” na “interação metabólica” entre os seres humanos e a terra.

Mais recentemente, nos anos 60, os primeiros movimentos ecológicos, juntamente com movimentos pacifistas e o movimento hippie, também já denunciavam o modo como os recursos naturais vinham sendo explorados de forma exacerbada e destrutiva bem como já faziam uma crítica radical ao desenvolvimento da sociedade urbano-industrial, pautada no consumo e na degradação do meio ambiente (Ferreira, 2006). Certamente os problemas ambientais identificados hoje em dia parecem ser muito mais evidentes e aparentemente mais graves, o que faz com que as contradições levantadas por Marx e pelos movimentos citados acima, tornem-se ainda mais relevantes e necessárias de serem discutidas.



### **Cientificização da questão ambiental**

A cientificização da questão ambiental é outro fator que contribui para a descaracterização dos reais problemas que afetam o meio ambiente. Como dito anteriormente, os primeiros movimentos ecologistas, o movimento pacifista e os hippies já denunciavam, na década de 60, as agressões ao meio ambiente decorrentes do modo de vida urbano-industrial. Esse tipo de denúncia era feita de forma empírica, não institucionalizada e com base na vivência e nas percepções subjetivas desses grupos. Porém, percebe-se que, a partir da segunda metade dos anos 80, com a criação do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) em 1988 (Furtado, 2012), a questão ambiental passa a sofrer um processo de cientificização, onde o peso das pesquisas científicas em torno, sobretudo, das mudanças climáticas, passa a ser o carro-chefe das discussões acerca da problemática ambiental. Para isso, foi preciso que os cientistas que compunham o IPCC elessem um vilão (o CO<sub>2</sub>) que respaldasse as pesquisas em torno das mudanças climáticas e do aquecimento global. Ao fazê-lo, o IPCC negligenciou outros problemas ambientais, como a poluição atmosférica de micro escala (poluição das cidades, por exemplo), poluição das águas, produção de lixo, vulnerabilidade de pessoas vivendo em áreas de risco, desmatamento, entre outros. Além disso, ao colocar esses outros problemas como de menor importância, o IPCC reforça o protagonismo da ciência como a única capaz de solucionar o problema ambiental.

Em 2007, o IPCC lançou seu quarto relatório de avaliação de mudança do clima, onde afirma, categoricamente, que as altas concentrações dos gases dióxido de carbono, metano e óxido nitroso, que contribuem para o aumento do efeito estufa, são oriundas da atividade humana, tendo como base as primeiras medições que começaram a ser feitas em 1750 (IPCC, 2007). Não cabe aqui discutir o peso da afirmação de que as mudanças climáticas são causadas única e exclusivamente pela atividade humana, a qual é altamente contestável, haja vista que é impossível saber com precisão como era o clima há duzentos, trezentos, quinhentos anos atrás, além do fato de o planeta passar por variações climáticas periodicamente, podendo aquecer ou esfriar devido a fatores físicos, químicos e biológicos e, não necessariamente, antropogênicos.

A questão, de fato, não é essa. Furtado (2012) relata que após o IPCC ser criado, tiveram início as negociações políticas em torno da mudança climática. Por meio da realização de avaliações periódicas do conhecimento sobre mudança climática e da elaboração de relatórios especiais e de documentos técnicos sobre temas considerados





necessários em termos de informação e assessoria científica, o IPCC respalda o processo de negociação política em torno da questão ambiental. Ainda, ao ser delegado a um grupo de cientistas o papel de avaliar e gerar respostas sobre os impactos do aquecimento global, criou-se uma elitização e tecnicização do problema ambiental, cujos graus, amplitudes e efeitos só podem ser determinados por esses cientistas (Foladori & Taks, 2004). Isso, segundo Furtado, favoreceu a criação de um consenso dominante no âmbito do órgão regulador da ONU para mudanças climáticas CQNUMC (Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas), mas que de maneira nenhuma exime o caráter conflituoso e contraditório dessa questão.

Quando se reduz a problemática ambiental a apenas uma questão, ou seja, a mudança climática, ocorre a negação, apropriação e transformação das perspectivas menos reducionistas em torno desse tema, como os conhecimentos ditos tradicionais, não científicos (Furtado, 2012). Outro aspecto importante é que os países em desenvolvimento que detêm as maiores reservas de recursos naturais do planeta, frequentemente são cobrados pelos países desenvolvidos para que mantenham seus recursos conservados. Estes últimos, por sua vez, se negam ou criam vários empecilhos no que diz respeito à transferência de tecnologias para os países em desenvolvimento, mantendo, assim, uma hegemonia científica e concentrando ainda mais o conhecimento, o que reforça seus objetivos políticos e econômicos. Ou seja, um ciclo interminável que em nada contribui para reduzir as desigualdades. O Brasil, por exemplo, tem problemas ambientais seculares que não são, nem de longe, decorrentes das mudanças climáticas. Invariavelmente, as grandes cidades brasileiras apresentam problemas graves como falta de saneamento básico, falta de oferta de água potável, falta de tratamento de resíduos, falta de moradia adequada, o que leva as pessoas a ocuparem áreas de preservação ambiental, entre outros. Outros problemas são mais regionais como o desmatamento, as queimadas, a extração ilegal de madeira e os conflitos agrários que também existem há décadas e estão longe de um fim. Por outro lado, o país tem uma das legislações mais avançadas do mundo no que diz respeito às mudanças climáticas, sendo a principal delas a lei 12.187/09 que institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima. O Amazonas e o Acre são os Estados brasileiros que mais se beneficiam de suas legislações regionais sobre mudança climática. Paradoxalmente, fazem parte dos Estados brasileiros onde são registrados altos índices de conflitos agrários, desmatamento, concentração de terra, extração ilegal de madeira, falta de saneamento básico e acesso, pela população, à água potável.



Furtado ressalta que o aquecimento global e o IPCC aparecem como um fenômeno politicamente atraente por fornecer justificativas e incentivos para grandes investimentos em infra-estrutura nos países do Sul Global. O propósito, segundo a autora, era fazer o contraponto aos grupos de pesquisas independentes que defendiam ações drásticas como resposta ao colapso dos preços do petróleo, em 1986, e à resultante crise energética, quando as tecnologias de energia novas e “alternativas”, incluindo a energia nuclear, precisavam de ajuda oficial para sobreviver. A partir daí, a preocupação deixou de ser com questões ambientais, passando a ser com a política energética, a imposição de tecnologias e a geração de renda para determinados governos. Tanto é verdade que, no próprio relatório do IPCC de 2007, o órgão afirma que “Os aumentos globais da concentração de dióxido de carbono se devem principalmente ao uso de combustíveis fósseis e à mudança no uso da terra. Já os aumentos da concentração de metano e óxido nitroso são devidos principalmente à agricultura”, mas não entra em conflito com empresas automobilísticas, indústrias petroquímicas, não combate os latifúndios, nem critica o *agrobusiness* e o uso indiscriminado de agrotóxicos à base de petróleo.

### **Institucionalização política da questão ambiental**

Por último, a apropriação institucional, sobretudo pelos Estados e seus governos, ONGs e empresas, entre outras instâncias, da questão ambiental, tem contribuído para que haja um descolamento entre suas reais necessidades de transformação e aquilo que almejam tais instâncias burocráticas, as quais passaram a gerenciar essa temática de acordo com seus interesses.

Hoje em dia, dificilmente os Estados, as empresas e as ONGs ousam dar qualquer passo no sentido da problemática ambiental sem que antes a ONU se pronuncie sobre o assunto e determine as diretrizes a serem seguidas nas tomadas de decisões. Por meio dos seus dois programas, PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) e o PNUMA (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente), a Organização tenta garantir que os interesses político-econômicos particulares a cada Estado-membro sejam preservados, ao mesmo tempo em que trabalha para que os problemas ambientais se adequem à política econômica interna e externa de cada um, e não o contrário. Veiga (2013) reforça o argumento dizendo que a história da governança global do desenvolvimento está em profundo descompasso com a governança global do meio ambiente, e que as duas deveriam ser tratadas de forma integral e indivisível. Pois,



da forma como o problema está posto, os países desenvolvidos, por terem maior influência política dentro da ONU devido ao seu poderio bélico e econômico, estariam ditando as regras da problemática ambiental, fato que se configura como um contrassenso, uma vez que são esses países os maiores poluidores e os que causam os maiores danos ao meio ambiente.

Foster e Clark (2004) ao abordarem o tema da institucionalização da questão ambiental por parte dos Estados que estão a serviço do capital, trabalham com o conceito de imperialismo ecológico. Segundo esses autores, em nível planetário, o imperialismo ecológico resulta na apropriação do patrimônio natural global pelos países ricos e da conseqüente incapacidade de absorção dos dejetos oriundos do consumo exacerbado praticado por eles, sobretudo de GEEs (gases de efeito estufa), cujo processo estaria beneficiando somente as economias dos países do centro do capitalismo. Ou seja, esses países continuam aumentando sua riqueza devido, por exemplo, ao alto consumo de combustíveis fósseis sem, contudo, diminuir o ritmo da produção e do consumo, ao mesmo tempo em que são os principais mediadores da questão ambiental dentro da maior esfera deliberativa, a ONU.

Seria injusto, todavia, colocar toda a culpa da inércia da problemática ambiental apenas sobre as costas dos países desenvolvidos. Os países do Terceiro Mundo, todos eles Estados nacionais inseridos na ordem econômica capitalista, mesmo que desempenhando um papel coadjuvante, em sua maioria, seguem a cartilha escrita pela ONU e desempenham o mesmo jogo de empurra durante as Conferências que discutem a questão ambiental, a exemplo do Brasil. Preocupados, primeiramente, em garantir e manter as bases internas e externas da política e da economia, procuram adequar os problemas ambientais e os compromissos assumidos de modo que estes não afetem essas duas ordens (política e econômica) de maneira abrupta, e que também não comprometam suas relações diplomáticas internacionais na esfera do capitalismo global.

Segundo Ribeiro (2010), atualmente existe uma gestão internacional dos recursos naturais, a qual se configura por meio das Conferências, protocolos e acordos multilaterais entre países e blocos de países. Essa gestão, como não poderia deixar de ser, se dá em torno das chamadas mudanças climáticas. Todos os acordos e protocolos firmados nas Conferências Mundiais são frutos de discussões acerca das mudanças climáticas e do aquecimento global, e não da catástrofe ambiental em si. Mais um indício da institucionalização e da cientificização da questão ambiental. Dessas Conferências, pouca ou quase nenhuma solução concreta é apresentada para os



problemas ambientais reais. Por outro lado, durante a realização dessas Conferências, iniciativas como o Protocolo de Kyoto, o mercado de carbono, os Mecanismos de Desenvolvimento Limpo REDD e REDD+, e os conceitos de desenvolvimento sustentável e de economia verde, surgiram. Como demonstram algumas autoras (Furtado, 2012; Freitas *et al.*, 2012), todas essas iniciativas aparecem com um claro propósito de regulamentar “mercados verdes” utilizando toda burocracia estatal e prestígio diplomático da ONU, tendo como pano de fundo a busca por soluções para os problemas ambientais. No caso específico do Estado brasileiro, nossa legislação ambiental, sobretudo o Código Florestal e a parte de licenciamentos, recebeu grandes quantias de organismos internacionais como o Banco Mundial e o próprio PNUD, para financiamento e flexibilização das leis ambientais, a fim de garantir a implementação e a execução de projetos voltados para o mercado verde.

Seguindo essa tendência e de modo acrítico, muitos grupos e organizações ecologistas e ambientalistas, além de várias empresas do setor privado, aceitaram considerar o aquecimento global e as mudanças climáticas como responsáveis pela crise ambiental (Foladori E Tasks, 2014). As ONGs deixaram de lado os movimentos sociais e passaram a investir esforços no sentido de captar recursos junto à empresas para a execução de projetos de cunho socioambiental, vinculados às mudanças climáticas e ao aquecimento global. As empresas adotaram o “verde” como cor oficial do marketing empresarial, o “ecologicamente correto” como política para atração de novos clientes/consumidores e o mercado criou “selos verdes” para certificar e dar maior credibilidade a toda essa cadeia.

### **Considerações Finais**

Percebe-se, diante desse quadro, que a questão ambiental foi construída e se tornando consenso nos últimos quarenta anos à medida que foi institucionalizada politicamente e recebeu amparo científico. Esse processo de construção da questão ambiental é proporcional àquele que busca descaracterizar os reais problemas da crise, desconectando o modelo de desenvolvimento da problemática ambiental e utilizando o aparato burocrático Estatal para a criação de novos mercados e expansão do capitalismo.



## Referências

DIEGUES, Antonio Carlos. **O mito moderno da natureza intocada**. 3ed. São Paulo: Hucitec, 2000.

FERREIRA, Leila da Costa. **Ideias para uma sociologia da questão ambiental no Brasil**. São Paulo: Annablume, 2006.

FREITAS, Rosana de Carvalho Martinelli; NÉLSIS, Camila Magalhães; NUNES, Letícia Soares. A crítica marxista ao desenvolvimento (in)sustentável. **Katálysis**, v.15, n.1, p. 41-51, 2012.

FURTADO, Fabrina. **Ambientalismo de espetáculo: a economia verde e o mercado de carbono no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: PACS, 2012.

FOLADORI, Guillermo.; TAKS, Javier. Um olhar antropológico sobre a questão ambiental. **Mana**, v.10, n.2, p.323-348, 2004.

FOSTER, John Bellamy; CLARK, Brett. Imperialismo ecológico: a maldição do capitalismo. **Socialist register**, 2004.

\_\_\_\_\_. **A ecologia em Marx: materialismo e natureza**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2005.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Os (des)caminhos do meio ambiente**. São Paulo: Contexto, 1989.

\_\_\_\_\_. **O desafio ambiental**. In: SADER, Emir. (org). **Os porquês da desordem mundial**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

HABERMAS, Jürgen. **Técnica e ciência como ideologia**. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1975.

HOBBSBAWM, Eric. **A era dos extremos: o breve século XX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

Intergovernmental Panel on Climate Change (IPCC). FourthAssesmentReport (AR4). Disponível em <http://www.ipcc.ch/report/ar4/>. Acesso em: novembro de 2015.

LAGO, André Aranha Corrêa. **Estocolmo, Rio e Joanesburgo: o Brasil e as três conferências ambientais das Nações Unidas**. Brasília: Funag, 2006.

LATOUR, Bruno. **Jamais fomos modernos**. 3ed. São Paulo: 34, 2013.

LEFF, Enrique. **Estratégias do ecodesenvolvimento e do desenvolvimento sustentável: racionalização do capital ou reapropriação social da natureza**. In: LEFF, Enrique. **Ecologia, capital e cultura: a territorialização da racionalidade ambiental**. Petrópolis: Vozes, 2009.



*Rafael Carletti Marcolino da Silva*

MARCUSE, Herbert. **A ideologia da sociedade industrial**. 6ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1964.

RIBEIRO, Wagner Costa. Geografia política e gestão internacional dos recursos naturais. **Estudos Avançados**, v.24, n.68, 2010.

THOMAS, Keith. **O homem e o mundo natural**. São Paulo: Companhia das letras, 2010.

VEIGA, José Eli da. **A desgovernança mundial da sustentabilidade**. São Paulo:34, 2013.

